

Análise multi-temporal do território de Pernambuco, Brasil, através de mapas históricos

Carlos Fabrício Assunção da Silva*
carlosfew@outlook.com

Bruna Araujo Candeia*
bruna.acandeia@gmail.com

Ana Cláudia Albuquerque Borborema de Andrade*
anacorborema@gmail.com

Lucilene Antunes Correia Marques de Sá*
lacms@ufpe.br

Simone Sayuri Sato*
simone.s.sato@gmail.com

Resumo:

As grandes navegações mostraram-se a necessidade de conhecer os caminhos por onde seguir para chegar ao destino desejado. Quando o Brasil foi descoberto mapear era uma necessidade para manter a colônia. Muitas foram as tentativas de obter uma parte da Colônia Portuguesa por países europeus. Os primeiros mapeamentos do território do Brasil ocorreram quando foram criadas as capitanias hereditárias. A capitania de Pernambuco possuía uma localização privilegiada por ser mais próximo da Europa, além de ter prosperado dentro do sistema. Inicialmente, contava com 90 léguas. Quando a Coroa Portuguesa veio viver no Brasil por causa da guerra na Europa, a capital tinha deixado de ser Salvador e era o Rio de Janeiro. O Norte perdia prestígio e surgiu no povo o espírito de nação. Os limites de Pernambuco foram alterados à medida que seu povo aguerrido lutava pela liberdade. O objetivo deste estudo é mostrar através de mapas e eventos históricos como os limites de Pernambuco. O conjunto dos mapas foram adquiridos através do acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil e Portugal, Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya, Library of Congress e Câmara do Senado do Brasil. O primeiro mapa estudado foi elaborado por Luís Teixeira em 1534. A Capitania de Pernambuco, contava com 60 léguas, e foi passada pela Coroa Portuguesa ao capitão donatário Duarte Coelho Pereira. A capitania de Pernambuco na tentativa de tornar-se uma república independente de Portugal uniu seu território com o território da Paraíba, Ceará e do Rio Grande do Norte na criação da Capitania Geral de Pernambuco, não obteve êxito. A punição aplicada por Dom Pedro II era reduzir o seu território, desconstruindo a Capitania. Os mapas conseguiram expressar visualmente este processo, mostrando a sua importância no desenvolvimento das civilizações.

Palavras Chave:

Evolução temporal, Mapas Históricos, Escrita, Cartografia.

Abstract:

The great navigations showed the need to know the ways to go to reach the desired destination. When Brazil was discovered mapping was a necessity to maintain the colony. There were many attempts to obtain a part of the Portuguese Colony from European countries. The first mappings of the Brazilian territory occurred when the hereditary captaincies were created. The captaincy of Pernambuco had a privileged location for being closer to Europe, and prospered within the system. Initially, it had 90 leagues. When the Portuguese Crown came to live in Brazil because of the war in Europe, the capital had ceased to be Salvador and was Rio de Janeiro. The North was losing prestige, and the spirit of nation arose in the people. Pernambuco's boundaries changed as its fierce people fought for freedom. The purpose of this study is to show through maps and historical events as the limits of Per-

* Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação

nambuco. The set of maps were acquired through the digital collection of the National Library of Brazil and Portugal, the Institut Cartographic Geographic Institute of Catalonia, the Library of Congress and the Brazilian Senate Chamber. The first map studied was made by Luís Teixeira in 1534. The Captaincy of Pernambuco, with 60 leagues, was passed by the Portuguese Crown to the donating captain Duarte Coelho Pereira. The captaincy of Pernambuco in an attempt to become an independent republic of Portugal united its territory with the territory of Paraíba, Ceará and Rio Grande do Norte in the creation of the Pernambuco General Captaincy, was unsuccessful. The punishment imposed by Dom Pedro II was to reduce its territory, deconstructing the Captaincy. The maps were able to visually express this process, showing its importance in the development of civilizations.

Keywords:

Temporal evolution, Historical maps, Writing, Cartography.

Introdução

Segundo Paulo Miceli (2002, p. 59), os mapas persistiram à passagem dos séculos, trazidos à tona pela arqueologia. Até a segunda metade do século XX, acreditava-se que o mapa mais antigo conhecido era uma tábua de barro, descoberta em 1930, em escavações em Kirkuk, no Iraque -, esculpida entre 3800 a.C. e 2500 a.C., aproximadamente. Em 1963, foi descoberto o mapa de Catal Hyük, antiga Anatólia, esse mapa foi desenterrado nas escavações de An-cara, Turquia, pintado na parede de uma caverna datado de 6.200 a.C.

O mapa evoluiu junto com a humanidade, e foi com as grandes navegações que se transformou em instrumento preponderante para o conhecimento do território onde os povos antigos habitavam. A cartografia veio evoluindo de maneira significativa juntamente com o desenvolvimento das tecnologias computacionais aplicadas na execução do processo de mapeamento e construção de mapas para o conhecimento do território.

Segundo Haesbaert (2009, p. 42), o território é um fragmento do espaço geográfico onde se manipulam as ligações de suporte materialista quanto idealista. A afirmação destas relações se dá por diferentes maneiras, mas na sua compreensão e entendimento utilizam-se instrumentos de comunicação, sendo a cartografia um destes instrumentos. A evolução dos mapas está ligada a humanidade, e foi durante as grandes navegações que se transformou em um instrumento determinante para o conhecimento.

Para apoderar-se de alguma coisa é necessário conhecê-lo, e o mapa permite esse conhecimento, por disseminar a história dos espaços geográficos, proporcionando amplas leituras e interpretações das formas de organização, da dinâmica e dos processos significativos de transformação do território. É por meio dos mapas que se aprende sobre a configuração do território, sua composição e os agentes responsável por sua transformação. Enquanto, no território se designa limites, poderes, usos e ocupações, o mapa serve como uma ferramenta de representação de tudo aquilo que está contido no espaço.

O estado de Pernambuco, localizado no Nordeste do Brasil, foi durante os anos do Império Português ocupado por um povo revolucionário que lutou contra a Coroa em diversas situações. O imperador D. Pedro II em face das revoluções ocorridas em Pernambuco foi reduzindo seu território no sentido penalizar o estado e seu povo. O presente estudo pretende mostrar a modificação do território Pernambucano ao longo dos séculos XVI e XXI, sob a visão da cartografia, através de mapas antigos, elementos marcantes dessas modificações relacionando aos eventos históricos.

A realização da pesquisa teve como base uma pesquisa bibliográfica integrativa, onde foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e mapas históricos. Os mapas históricos de Pernambuco de: 1574, 1689, 1800, 1823, 1838, 1930 foram adquiridos em acervo digital das bibliotecas Nacional do Brasil, Institut Cartogràfic i geològic de Catalunya, Library of Congress, Câmara do Senado do Brasil, David Rumsey Historical Map Collection, e Da Ajuda, em Portugal. Os metadados dos mapas foram compostos por: autor, ano de publicação, assuntos abordados, objetivos dos mapas, percepção dos autores, convenções cartográficas, toponímia e, representações de elementos conformadores do território pernambucano. A História foi empregada na investigação dos agentes transformadores do território.

Evolução do território pernambucano a partir do século XVI

Os mapas são instrumentos de propagação do conhecimento ao sintetizar e sistematizar os elementos existentes compostos no espaço geográfico a serem representados, com objetividade e clareza de informação. Por apresentar uma visão subjetiva do cartógrafo, que aborda desde aspectos físicos e naturais como culturais. Para Loch (2006), afirma que pode-se representar em um mapa, o passado, o futuro imaginado, o científico e a arte, os fatos e a ficção.

Com as grandes navegações, proveniente da Península Ibérica e da região mediterrânea, houve uma grande revolução na cartografia, alcançando significativos avanços nos séculos XV e XVI. Com as viagens dos portugueses e espanhóis proporcionaram experiências que superaram antigas crenças sobre o território. Segundo Dreyer-Eimbcke (1992), os mapas-múndi necessitavam ser corrigidos e modificados, pois muitos cartógrafos da época se sentiram instigados a tirar suas próprias conclusões da Terra com os novos descobrimentos através das grandes navegações.

O grande marco fundamental das mudanças foram dois: O descobrimento da América feita por Cristóvão Colombo, no ano de 1492; e a chegada de Vasco da Gama às Índias, no ano de 1498. Esses dois acontecimentos fizeram com que os povos daquela época comesçassem a formar uma nova percepção do novo mundo, daí novas expedições começaram a serem realizadas. Segundo Alegria *et all* (1998, p. 56), o conhecimento que foi obtido com as grandes navegações cooperou para competir com as antigas crenças, e em muitos aspectos, superando-as.

O primeiro mapa estudado foi elaborado por Luís Teixeira em 1574 (Figura 1), segundo Cintra (2015) Para a elaboração de seu atlas, Luís Teixeira coletou seus dados pessoalmente no Brasil, como narra em um manuscrito de Gaspar Reimão, piloto-mor do reino, datado de 1612. Nesse manuscrito, deduz que a coleta dos dados foi realizada em 1574. Como data mais provável para o mapa, aponta o ano de 1586, exatos 50 anos após a distribuição das últimas capitânias. Luís Teixeira é qualificado como o último dos grandes cartógrafos portugueses, cuja atividade vai de meados do século XVI às duas primeiras décadas do século seguinte. Herdeiro da melhor tradição cartográfica da época vê surgir uma nova hegemonia, a cartografia flamenga. Filho, pai, avô e bisavô de cartógrafos, formou escola. Recebeu sua carta de ofício em 1564, tendo sido examinado pelo célebre Pedro Nunes. Trabalhou como cartógrafo de Estado, o que seria um indício de méritos. O período ao qual Luís Teixeira retratou sua obra diz respeito a uma das primeiras delimitações territoriais do Novo Mundo, a definição das quatorze Capitânias Hereditárias do Brasil.

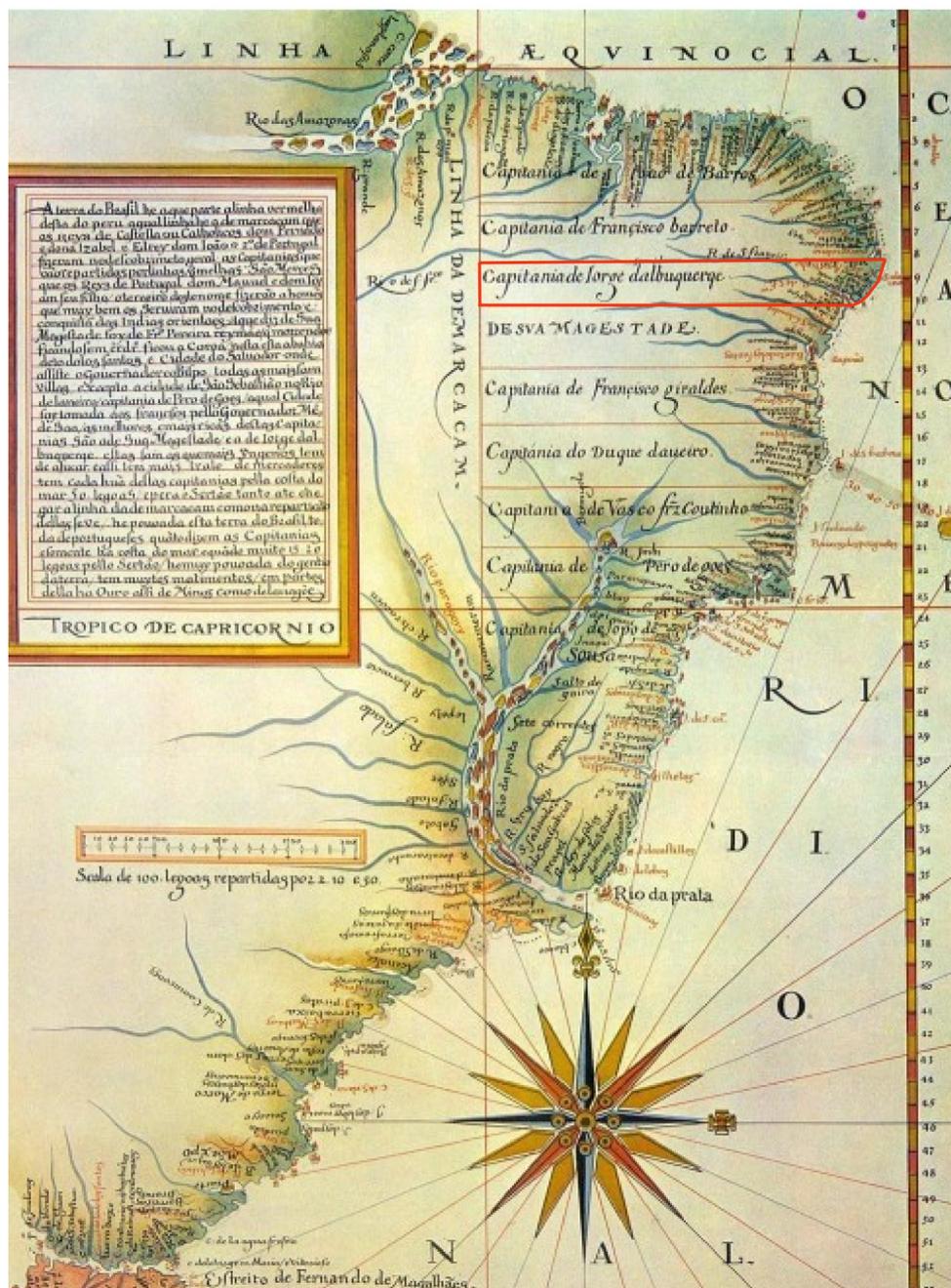


Figura 1 – Mapa das capitanias hereditárias: Carta geral do Brasil, inserida em Roteiro de todos os sinais, de Luís Teixeira, c. 1574. Acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa.

A partir de 1534, foram concedidas as quatorze capitanias, reservando à Martim Afonso de Sousa 100 léguas de costa, compreendendo Rio de Janeiro e São Vicente, e a seu irmão Pero Lopes de Sousa três lotes, sendo eles Santo Amaro, Santana e Itamaracá. Duarte Coelho Pereira foi o primeiro a receber a concessão régia, tendo se destacado por missões em outros domínios portugueses, a carta de doação e o foral conferem a ele a capitania de Pernambuco com 60 léguas.

Duarte Coelho Pereira, foi o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, que faleceu em 1554. Logo após a sua morte, o seu filho Duarte Coelho de Albuquerque foi o segundo donatário, ainda menor de idade, pelo que a viúva, D. Brites (Beatriz) de Albuquerque, governou e administrou, como tutora de seu filho. Este seu primeiro filho e o segundo, Jorge de Albuquerque Coelho, acompanharam D. Sebastião na batalha de Alcácer Quebir (ocorrida em 04 de agosto 1578). O primogênito, solteiro, ferido na batalha, morreu em 1579, como consequência dos ferimentos. O segundo, Jorge de Albuquerque Coelho, que havia cedido seu cavalo ao rei D. Sebastião durante a batalha, também ferido, feito prisioneiro, e resgatado. Foi herói em um naufrágio que sofrera. Tornou-se o terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, e seu nome consta no mapa (Figura 1). A notícia da morte do irmão mais velho chegou a Lisboa em 1580, e ele recebeu a confirmação do rei como donatário em 15 de maio de 1582, coisa que é compatível com a data de 1584 para o atlas. Foi sucedido por seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, com carta real de confirmação de 1603. O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

O segundo mapa, Figura 2, representa o período de 1654 e é de autoria do cartógrafo holandês Johann Blaeu, tendo sido publicado em Amsterdam, Holanda, no ano de 1689. Segundo Buve (2011), a escola cartográfica holandesa evoluiu a partir de 1580, o desenvolvimento ocorreu da necessidade de mapear os portos do Norte da Holanda como Enkhuizen e Edam, foram construídos mapas de navegação para as águas europeias, a região do Caribe e as Índias Ocidentais, baseado também em informação de barqueiros portugueses.

A Figura 2, com o mapa do Brasil, foi estudado na pesquisa, e é de Joan Blaeu (1596-1673), um dos mais importantes cartógrafos holandeses. Originalmente formado em direito, Blaeu associou-se aos negócios do seu pai, o cartógrafo Willem Blaeu (1571-1638), em Amsterdam. Com seu pai e irmão Cornelis (falecido em 1648), Joan Blaeu publicou o *Atlas Novus* (Nova Atlas), uma obra com 11 volumes constituída de 594 mapas. Mais tarde, Joan Blaeu tornou-se o cartógrafo oficial da Companhia das Índias Orientais Holandesa. Durante o século XVII, a Holanda tornou-se uma grande potência naval e comercial, e seus mapas refletiam sua perícia marítima e comercial. A maior parte dos mapas holandeses do período é obra de empresas de família.

As invasões holandesas ao Brasil se deram durante o período em que Portugal e o Brasil estavam sob o domínio do reino da Espanha. A Holanda, que também estava sob o domínio do reino da Espanha, declarou a sua independência em 1579. A Espanha não reconheceu a independência holandesa e a guerra entre as duas nações prosseguiu até 1648. Em 1649, a Holanda ficou independente da Espanha. Filipe II, rei da Espanha, assumiu o trono de Portugal, logo todas as suas colônias, inclusive o Brasil, passaram a ser de domínio espanhol (1580-1640).

Devido aos conflitos políticos e militares com a Holanda, o governo espanhol impôs o rompimento do acordo entre Portugal e Holanda, o que possibilitava o acesso ao açúcar brasileiro, produzido no litoral nordestino. A Holanda perdeu um excelente negócio: revender o açúcar brasileiro na Europa. Como primeira reação ao embargo, os holandeses criaram, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, para a exploração mercantil na África e Ásia. A Holanda animada com o sucesso da Companhia das Índias Orientais, organizou, em 1621, uma outra expedição - a das Índias Ocidentais - sua maior companhia de comércio, para a exploração mercantil das colônias na América, principalmente o

Brasil. Desta forma, a Holanda assegurou o comércio exclusivo na América e outras áreas, por vinte e quatro anos.



Figura 2 – Mapa do Brasil de 1654. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, 2019.

Entre 1630 e 1654, quase todo o Nordeste do Brasil esteve sob o domínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, apesar da resistência constante de pequena parcela da população. Vale ressaltar que, o fim do domínio espanhol, em 1640, não significou uma mudança neste quadro, face a assinatura de um tratado de paz entre Holanda e o novo governo português, no qual ficou estabelecida uma trégua de dez anos, continuando os revoltosos da colônia, pelo menos oficialmente, sem os recursos necessários para consolidar a expulsão do invasor holandês.

O conde alemão Maurício de Nassau era respeitado e admirado por sua forma administrar, quando partiu definitivamente em 1644, o espírito de brasilidade acendeu. O Movimento denominado Insurreição Pernambucana (1645), estimulado o sentimento anti-holandês, especificamente pelos senhores de engenho forçados a quitarem suas dívidas,

culminou com a Batalha dos Guararapes, em 1648 e 1649, e a expulsão definitiva dos holandeses da região Nordeste do Brasil. Com sacrifícios indescritíveis e usando processos de combate inusitados, genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco, além de preservarem a unidade física e cultural do Brasil. A Insurreição Pernambucana é considerado um marco para a formação da nacionalidade brasileira e uma das origens do Exército.

Segundo Chaves Junior (2017, p. 111) a expulsão dos holandeses do território do Brasil teve um impacto danoso para a economia da época. No decorrer do período em que permaneceram na região Nordeste, os holandeses detiveram do conhecimento do ciclo da produção do açúcar e conseguiram aperfeiçoar as questões técnicas e organizacionais do empreendimento. Os holandeses expulsos do Brasil, foram para Antilhas, ilhas que estão localizadas na região da América Central, fechando o ciclo do período holandês no Brasil.

Segundo Velez (2016), o anexo da capitania de Itamaracá à de Pernambuco não foi algo simples como a historiografia demonstrou ao longo dos séculos, nem mesmo convencional, como se passou nas capitanias da Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. É de senso comum que devido ao cenário dos donatários que estavam ausentes, essas capitânicas eram consideradas problemáticas. Particularmente a capitania de Itamaracá, que teve sempre dificuldades de jurisdição em relação as outras capitanias limítrofes. Para Velez (2016) a capitania considerada fracassada pela ausência de seu donatário e por rendas insignificantes.

Segundo o IBGE (1958) existe várias informações do surgimento das construções, relatos em documentos sobre o território de que houve naufrágios portugueses e piratas franceses, anos antes do descobrimento do Brasil. Em 1526 no local hoje conhecido por Vila Velha, à margem esquerda do canal de Santa Cruz, já eram celebradas missas na igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo padre Francisco Garcia. Em 1530 a povoação já contava com mais de 100 habitações e uma Casa de Misericórdia.

No mapa (Figura 3) é um mapa do Brasil produzido pela Gras y Companhia Editores Madrid, que retrata do território de Pernambuco em 1763, com a incorporação da capitania de Itamaracá.

Quando a capital da América portuguesa foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1763, em 1808 a Coroa portuguesa é instalada nesta cidade. A região onde fica Pernambuco, perdeu importância e passou a ser chamada, genericamente, de Norte. As tensões e disputas começaram a acontecer. A explicação regional não foi a única para crises que se seguiram. A diversidade social interna entre os integrantes e a formação de uma cultura política moderna, liberal e democrática motivou a tentativa de ruptura nos moldes revolucionários.



Figura 3 - Mapa do Brasil de 1756. Fonte: Institut Cartogràfic i geològic de Catalunya.

Em 1817 ocorreu a Revolução Pernambucana, com a participação de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, o centro foi Pernambuco, a área incorporada é representada na Figura 4. A Revolução observou as correlações entre capitanias e respectivas atividades econômicas. O império luso-brasileiro encontrava-se ascendente. O movimento rompeu ao mesmo tempo com a forma de governo monárquica e com a dominação portuguesa. A instauração da República de 1817 durou cerca de três meses e teve como inspiração as matrizes do Diretório da Revolução Francesa, o federalismo norte-americano e as guerras de independência na América hispânica. A Figura 4, o mapa de 1825, apresenta a região onde foi existiu a República de 1817 de autoria de Henry Schenck Tanner, retratado a região do Nordeste brasileiro no ano de 1823.



Figura 4 – Mapa de 1825. Fonte: David Rumsey Historical Map Collection, 2019.

As discussões sobre a separação entre os reinos do Brasil e de Portugal começaram na década de 1810. Embora já se disseminasse em palavras, projetos, atitudes e leituras, pelo menos desde fins do século XVIII. Em 1817, a crise se mostra mais aguda contra o império português e a conspiração é descoberta por Portugal. Os tiroteios nas ruas, a palavra revolução andando de boca em boca, ocasionaram a liberação de atitudes e expressão de ressentimentos e resistências que dificilmente poderiam vir à tona em outras ocasiões.

No dia 6 de março de 1817, o movimento separatista eclodiu. No dia em que ocorreu o levante os militares envolvidos estavam no quartel, resultando na morte de um oficial de alta patente e na captura do governador de Pernambuco, o português Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que havia se refugiado no forte do Brum. No forte das Cinco Pontas os militares libertaram um dos líderes do movimento, Domingos José Martins e todos os civis acusados de conspirar

contra a Coroa Portuguesa. No entanto, em maio de 1817 o exército Imperial Português invadiu Pernambuco e desmontou o movimento revolucionário. Como pena os pernambucanos perderam a província do Alagoas, que tornou-se uma nova capitania.

A repressão à República de 1817 foi violenta, desmedida, e com lances de maus tratos, torturas, prisões prolongadas e mortes cruéis, causando um trauma político que demorou a cicatrizar. Mas, o povo pernambucano aguerrido e libertário continuou com seus ideais, cinco anos depois estaria participando da Independência do Brasil de Portugal. E em 1824, as mesmas províncias rebeldes da República de 1817, fazem outro levante conhecido como a Confederação do Equador, a luta é contra os rumos centralizadores e autoritários do nascente Império brasileiro.

A Figura 5 apresenta um dos mapas do New Universal Atlas, publicado em 1846, por Henry Schenck Tanner, disponível na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. No mapa Pernambuco apresenta uma área distinta das encontradas em outros mapas. O limite de Pernambuco chega ao estado de Goiás e Minas Gerais, englobando o de Alagoas, que leva a crer que o período em que ocorreu o mapeamento é antes da Confederação do Equador.

Henry Schenck Tanner (1786 - 1858) foi um dos cartógrafos e editores de mapas americanos do início do século XIX, considerada a era de ouro americana na publicação de mapas. Nascido em Nova York, mas com sede na Filadélfia, Tanner dedicou mais de quarenta anos no desenvolvimento de trabalho cartográfico. No início da carreira, Tanner fez uma parceria com seu irmão Benjamin, para gravar os trabalhos de John Melish, e de outros editores como Lucas Fielding (Baltimore), A. Bourne, Jason Torey, Samuel Harrison e Samuel Lewis. Em 1818, Tanner convenceu os colegas editores a financiar uma compilação de um Novo Atlas Americano. O atlas foi vendido por assinatura e surgiu lentamente entre 1819 e 1823. O Novo Atlas Americano foi auge da cartografia americana do século XIX, com atualizações até 1839, *Geographicus - Rare Antique Maps* (2019).

De acordo com Leite (1996, p.5) logo após o episódio da Revolução Pernambucana de 1817, Pernambuco ficou conhecido como uma província rebelde. Naquele momento já existia um receio por uma parte do Império, que em algum momento, fosse acontecer novamente outra revolta de cunho republicano, com intuito de separar a região do resto do País. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tinham simpatia pelas ideias que eram propagadas pela população da província de Pernambuco, deixando claro que os pernambucanos tinham influência política entre a população das outras províncias.

A Confederação do Equador foi um movimento separatista, liberal e republicana, uma replicação ao caráter centralista de Dom Pedro I, efetivado pela outorga da constituição de 1824. A revolta tinha como objetivo de questionar a Constituição de 1824, que na visão dos revolucionários, centralizava o poder, apesar das ideias de liberalismo. Desde a Revolução Pernambucana em 1817, um grupo de pernambucanos continuou a preparar um movimento com características antimonaquista, que veio tomando proporções após as crises da economia regional e exorbitantes cargas tributárias impostas pelo Império.



Figura 5 - Mapa do Brasil publicado em New Universal Atlas, datado de 1846 Fonte: Library of Congress, 2019.

Segundo Alarcão (2006, p.56) a demissão do governador Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que foi escolhido pelos pernambucanos foi o estopim para a eclosão da Confederação do Equador, nome escolhido pela proximidade com a linha do Equador. A revolução foi liderada por populares pernambucanos, o movimento teve adesão de outros estados do Nordeste. Os revolucionários buscaram criar uma Constituição Republicana e liberalista.

Manuel de Carvalho proclamou a Confederação do Equador no dia 2 de julho de 1824, apoiado por uma base elitista, instituiu um governo constitucional e de forma representativa. Esse acontecimento foi considerado na época um ato rebelde pelo Império, que comprometia seriamente a unidade nacional. Manuel foi eleito presidente, e dispoendo de Frei Caneca como um aliado e mentor ideológica da revolução.

Desta maneira, os pernambucanos buscavam enfraquecer a influência do Império nos assuntos regionais, acabar com o tráfico de escravos, aparelhar movimentos de resistências populares contra o Império e formar um governo independente. Nesse período, os grandes nomes foram Frei Caneca, Emiliano Munducuru e Cipriano Barata, eles defendiam as reformas sociais da época e a expansão dos direitos políticos. Enquanto isso, o Império aprovou medidas contra os separatistas, entre elas a contratação de mercenários de origem inglesa para lutarem contra os separatistas.

De todo modo, com todas as lutas, a Confederação do Equador não resistiu. O imperador Dom Pedro I tratou de conter a revolta. O ataque foi executado em agosto de 1824, com a rendição em setembro. Logo depois da derrota, as outras províncias se enfraqueceram, sendo que a província do Ceará, a mais valente, foi a última a desistir contra as investidas militares, vindo a ser derrotada no mês de novembro. A Confederação teve o seu fim com a pressão imperial e seus integrantes foram executados. Como parte da punição, a província de Pernambuco perdeu parte do seu território, como pode-se visualizar na Figura 6. O mapa retrata a perda do território, boa parte desse estava à margem esquerda do rio São Francisco.

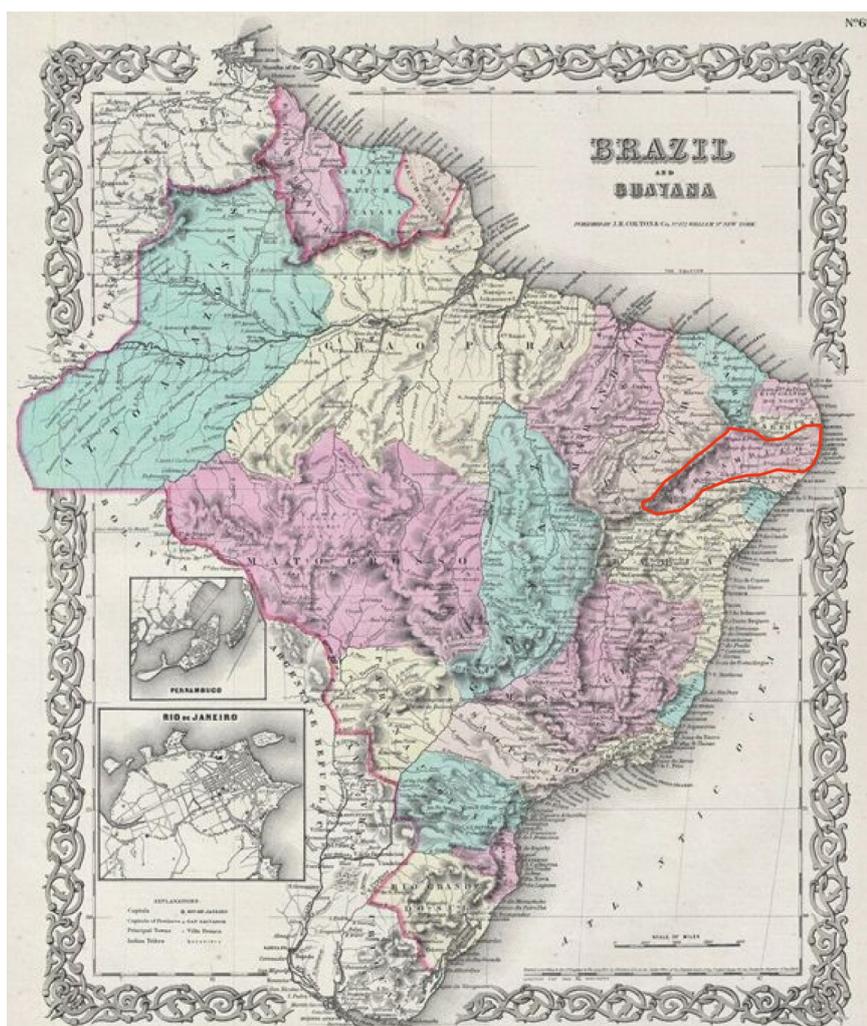


Figura 6 - Mapa do Brasil de 1856. Fonte: Fonte: David Rumsey Historical Map Collection, 2019.

No sétimo mapa de Cândido Mendes, de 1868 (Figura 7), observa-se que o território do Brasil e de Pernambuco se encontra quase em seu tamanho atual, no referido mapa observamos ainda que o estado do Acre ainda não encontra-se anexado ao território do Brasil, acontecendo somente em 1903 após o Brasil vencer a chamada Revolução Acreana.



Figura 7. Mapa do Brasil de 1868. Fonte: Biblioteca da Câmara do Senado do Brasil, 2019.

Na Figura 7 está um dos mapas do primeiro Atlas do Brasil confeccionado por Cândido Mendes, esse trabalho foi um marco da cartografia brasileira. O referido Atlas serviu como base para a confecção de mapas posteriores. Além dos mapas das províncias brasileiras, o Atlas retrata questões das fronteiras do Brasil. Apresenta as informações geográficas, contempla estatísticas da população brasileira, e diversos dados administrativos, eleitorais e eclesiásticos, de cunho histórico, acerca das províncias da época e de suas comarcas, que são até hoje relevantes para a compreensão e estudo do Brasil.

A elaboração do Atlas teve por base mapas do território brasileiro produzidos desde séculos anteriores. Ressalva se faz ao fato de Cândido Mendes ter procedido um acerto nas fronteiras e limites do Brasil, o que bem se justifica pela falta de definição precisa dos limites internos e externos do País, questões que se resolveriam, mais tarde, no final do século XIX início do século XX.

Na Figura 8 pode-se observar o território de Pernambuco em 1868, onde foi criado o primeiro mapa de Pernambuco, que consta do Atlas de Candido Mendes. Na Figura 8 pode-se observar que o território se encontra em evolução.

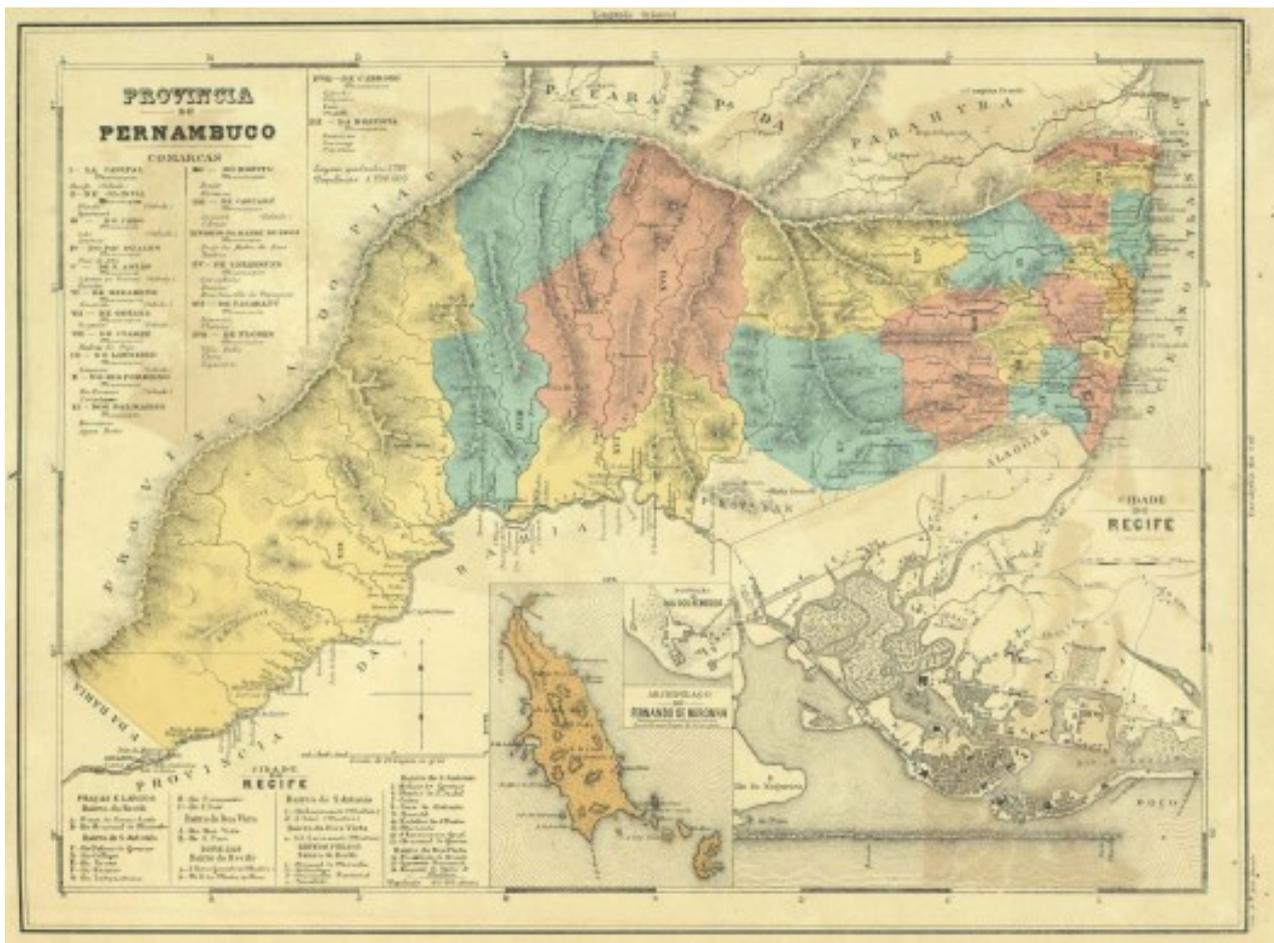


Figura 8. Mapa de Pernambuco de 1868. Fonte: Biblioteca da Câmara do Senado do Brasil, 2019.

Na Figura 9 apresenta-se um mapa do século XXI com seu território consolidado. O referido mapa foi construído por engenheiros cartógrafos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano de 2018. Atualmente, o estado de Pernambuco possui 98.076km², dividido em 184 municípios. A população estimada pelo IBGE é de 9.557.071 habitantes.



Figura 9. Mapa do Brasil de 2018. Fonte Alterada: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

Considerações finais

Baseado nas observações das referências bibliográficas que foram levantadas para esta pesquisa, em combinação do resgate histórico das publicações cartográficas sobre o estado de Pernambuco a partir do século XVI até o século XXI, pode-se observar o processo da evolução do território e os seus importantes agentes transformadores, como exemplo, das principais revoltas que fizeram parte da história do estado de Pernambuco e do Brasil.

As atividades econômicas desenvolvidas no território da província de Pernambuco, as grandes revoltas em função dos

altos impostos exigidos pela Coroa, e logo depois, pelo Império, esses agentes foram responsáveis pela transformação, redução e ampliação dos seus limites, que os mapas conseguiram comunicar visualmente. Em vários momentos da história, o território foi expandido, ora fora usurpado, em vários momentos foi explorado de maneira exacerbada, levando a sua população a enfrentar muitas tragédias. Porém, Pernambuco conseguiu sempre se reerguer, pois o seu povo se destacou no cenário social e econômico.

Os agentes transformadores de Pernambuco não foram somente responsáveis pela geração de riquezas e pela modelagem dos limites do território pernambucano, foram responsáveis, acima de tudo, por uma sua diversidade territorial e cultural. O gado, a cana, a mandioca e o algodão, juntamente com o povo valente, teceram a trama da diversidade pernambucana, promovendo as territorialidades e apropriações identitárias por meio da luta e do amor ao lugar em que vive, o lugar chamado Pernambuco.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, ao Laboratório de Tecnologias e Geoinformação - LaTecGeo, do Departamento de Engenharia Cartográfica na Universidade Federal de Pernambuco e à CAPES pela concessão de bolsa de estudo para Carlos Fabrício Assunção da Silva.

Referências

- ALARCÃO, J. P. S. O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- ALEGRIA, M. F.; et al. "Cartografia e Viagens". In: Bethencourt, F. & Claudhuri, K. (dir.). História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BUVE, R. Mapas neerlandeses do Brasil conquistado 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden. Paraty: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.
- CHAVES JÚNIOR, J. I. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América Portuguesa (Século XVIII). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.
- CINTRA, J. P. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. São Paulo: Museu Paulista, 2015.
- DREYER-EIMBCKE, O. O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1992.
- HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Brasília: IBGE, 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/pernambuco/ilhadeitamaraca.pdf>

LEITE, G. L. Guerras e revoluções brasileiras: A Confederação do Equador. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LOCH, R. E. N. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

MICELI, P. As Imagens do Mundo. In: Paulo Miceli (Org.). Op. Cit. 2002.

VELEZ, L. C. B. Donatários e Administração Colonial: A capitania de Itamaracá e a casa de cascais (1692-1763). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

